

## **Regime temporário de pagamento parcial dos subsídios de férias e de Natal em duodécimos durante o ano de 2013**

Foi aprovada na Assembleia da República, e promulgada pelo Presidente da República, a lei 11/2013, que estabelece o regime temporário de pagamento de metade dos subsídios de férias e de Natal em duodécimos durante o ano de 2013.

De acordo com este regime temporário, que vigorará entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro de 2013, o pagamento dos referidos subsídios será feito nos seguintes termos:

### **Subsidio de Natal**

- 50% até 15 de Dezembro
- Os restantes 50% em duodécimos ao longo do ano.

### **Subsidio de férias**

- 50% antes do início do período de férias (ou, no caso de gozo interpolado de férias, proporcionalmente a cada período de gozo)

- Os restantes 50% em duodécimos ao longo do ano.

Esta regra não se aplica a eventuais subsídios relativos a férias vencidas antes da entrada em vigor desta lei que ainda não tenham sido pagos.

Aplicação a contratos a termo e contratos de trabalho temporário

As regras do pagamento fraccionado, em duodécimos, dos subsídios de férias e de Natal só se aplicam a estes contratos se houver um acordo escrito entre as partes que estabeleça esse regime de pagamento.

**Garantia de remuneração** Da aplicação do regime temporário do pagamento parcial dos subsídios de férias e de Natal em duodécimos não pode resultar, para os trabalhadores, qualquer redução da respectiva remuneração mensal ou anual ou dos respectivos subsídios.

**Retenção na fonte para efeitos de IRS** Os pagamentos dos subsídios de férias e de Natal em duodécimos são objecto de retenção autónoma, não podendo ser adicionados às remunerações dos meses em que são pagos para efeitos de retenção na fonte do imposto. **Não aplicação do regime de pagamento parcial em duodécimos** O regime de pagamento parcial dos subsídios de férias e de Natal em duodécimos durante o ano de 2013 pode ser afastado por declaração expressa do trabalhador nesse sentido, que deve ser entregue à entidade patronal no prazo de 5 dias contados da data de entrada em vigor da Lei (28 de Janeiro); estes 5 dias contar-se-ão a partir desse dia.

No caso de o trabalhador declarar que não pretende que o regime lhe seja aplicado, aplicar-se-ão as cláusulas de instrumento de regulamentação colectiva ou de contrato de trabalho que disponham sobre a matéria ou, na sua falta, as pertinentes disposições do Código do Trabalho.

O regime de pagamento parcial dos subsídios de férias e de Natal em duodécimos não se aplica nas situações em que a antecipação do pagamento esteja prevista em acordo anterior à data da entrada em vigor desta Lei.

Segue uma declaração tipo que pode ser utilizada pelos trabalhadores.

## DECLARAÇÃO

Nos termos do artigo 9º, nº1 da Lei (...), [*nome do trabalhador*] declara expressamente que não pretende que lhe seja aplicado o regime temporário de pagamento de metade dos subsídios de férias e de Natal em duodécimos durante o ano de 2013, previsto na Lei acima referida.

(DATA E ASSINATURA)